

ROCHA PEIXOTO

OBRAS

VOLUME III

PRIMEIRAS INTERVENÇÕES NA IMPRENSA.
CATÁLOGOS, RELATÓRIOS E TEXTOS AFINS.
ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA. NOTÍ-
CIAS E COMENTÁRIOS. NOTAS BIO-BIBLIO-
GRÁFICAS. CRÍTICAS E RECENSÕES. POLÉMICAS.

Edição da CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM
1975

A QUESTÃO URBINO (*)

Acabam de ser reunidos em volume os relatórios, comentários, réplicas e mais documentos que recompõem, historicam e justificam a atitude e o papel dos peritos portuenses no caso médico-legal Urbino de Freitas. (**) Para conhecer esta obra de alta competência e probidade científica, contraposta à obra monumental de injúria e erro que a defesa vem produzindo, não é necessário, em folha volante, entrar num desenvolvido comentário da parte puramente especulativa. Bastará saber-se como, de um lado e de outro, os peritos procederam para se inferir onde está a frandulagem, e o destaque que assume, na investigação toxicológica dos últimos anos, o trabalho químico de Ferreira da Silva. Este homem é, como os senhores todos sabem, uma das mais potentes organizações de trabalhador que as escolas têm produzido. Isto consta, isto diz-se. Alguém, pitorescamente, definia-o: — vive da química, morrerá pela química, nasceu talvez da química; e, nesta graciosa característica da já célebre individualidade científica, está realmente o traço que o marca e que o distingue: um devotado pela ânsia, pelo sacrifício e pela sua heróica persistência.

(*) Artigo publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, em 14 de Janeiro de 1893 (p. 1).

No mesmo ano, o texto deste artigo foi reproduzido por Rocha Peixoto, com ligeiras alterações formais, no seguinte opúsculo:

ROCHA PEIXOTO / A QUESTÃO URBINO / (Folhetim do *Primeiro de Janeiro*, de 14 / de Janeiro de 1893) / PORTO / Typographia Occidental / 80 — Rua da Fabrica — 80 / 1893 / 10 págs., 165 x 97 mm.

Neste vol. III das *OBRAS* de Rocha Peixoto reproduz-se o texto do opúsculo, por ter sido revisto pelo seu autor.

(**) Referência ao seguinte volume: *O Caso Médico-Legal Urbino de Freitas* pelos peritos Dr. Agostinho António do Souto, Joaquim Pinto de Azevedo, Manuel Rodrigues da Silva Pinto, António Joaquim Ferreira da Silva. Edição portuguesa (Porto, 1893)), 262 págs.

Desta obra saíram, posteriormente, com o mesmo título, as seguintes edições:

- a) 2.^a edição portuguesa, «melhorada e acrescentada» (Porto, 1893), 542 págs.;
- b) édition française, «traduit sur la deuxième édition portugaise» (Porto, 1893), 547 págs.

Tais motivos e ainda a sua situação oficial indigitaram-no naturalmente a ser intimado para realizar as análises toxicológicas indispensáveis ao processo. Foi assim que este homem interveio no caso célebre, (*) redobrando, se é possível, a sua ampla capacidade trabalhadora, dispensando-se, por longo espaço, da tranquilidade mais naturalmente exigida e chegando até, nesta campanha ininterrupta de experimentação e de análise, a fazer descobertas num domínio de experiência subtilíssima. Também isto se soube e constou; mas o que muitos ignoram é que o triunfo — alcançado nas revistas e nas sociedades sábias — representa um trabalho e saber que geralmente se encontram em homens com trinta anos de laboratório e livro, outras tradições e outros meios.

Perante Ferreira da Silva temo-nos a haver, primeiro, com um homem de bem, segundo, com um técnico de assinalada aptidão e de incontestável proficiência. Os seus sete relatórios ficarão denunciando, a despeito do ataque faccioso que lhes promovem, a dupla envergadura deste rijo homem — homem honrado e homem de ciência — não obstante as torpezas coimbrã e tudesca, platonicamente aceites ou mesmo aplaudidas pelos interessados e pelos tolos.

O primeiro dos relatórios, que se refere ao exame toxicológico das matérias suspeitas pertencentes ao cadáver de Mário, abre pela descrição dos frascos que as encerram e prossegue com a enumeração dos reagentes usados na investigação dos alcalóides; a esta parte preliminar seguem as análises das urinas, das vísceras da primeira e da segunda autópsia, a de contraprova, a investigação das substâncias minerais tóxicas, a acção fisiológica dos produtos alcalóidicos extraídos da urina e vísceras da criança e a harmonia das provas do envenenamento. Conclui que a morte do rapaz deve atribuir-se ao envenenamento pela morfina e pela delfina. A análise dos líquidos apreendidos a Urbino, os exames das amêndoas enviadas de Lisboa, dos selos oferecidos por Urbino e da seringa com que este deu os clisteres não acusam substâncias tóxicas minerais ou orgânicas. E a análise toxicológica das

(*) Sobre o caso judicial em que interveio Urbino de Freitas, *vide*, entre outros: António La-Grange — *Audiências de julgamento do dr. Urbino de Freitas* (Porto, 1893); Gomes Monteiro — *A inocência de Urbino de Freitas* (Porto, 1933); Sousa Costa — *Grandes Dramas Judiciários (Tribunais Portugueses)* (Porto, 1944), pp. 291-340; etc.

vísceras de Sampaio Júnior, sem contra-indicar a hipótese de um envenenamento pelos alcalóides vegetais, visto que a sua determinação é quase impossível, quando, como neste caso, a putrefacção está muito adiantada, não fornece tão pouco argumento novo a favor da presunção. Com o relatório do exame ao colchão em que este último faleceu, são pois sete os subscritos pelos peritos portuenses, não compostos com a leviandade irresponsável dos documentos congêneres produzidos entre nós, mas esmiuçadamente justificados à face dos métodos, dos preceitos estabelecidos, das normas geralmente aceites e das contraprovas.

Ora vêm contestar a probidade e a competência dos peritos oficiais alguns toxicologistas portugueses e estrangeiros. Dos primeiros destaca-se o professor da Universidade Augusto Rocha, naturalmente chefe pela forma da polémica, campanuda e pimpona, e pela danação que acomete a criatura perante a atitude serena dos toxicologistas do Porto, a tal ponto que muitos pensarão por vezes que ele está convencido do que afirma. A intervenção deste professor na contenda, explica-a ele dizendo que «quem o acompanhara (Urbino) durante oito anos na bancada das escolas, não se achou com forças de recusar à defesa os elementos que pudesse em consciência ministrar-lhe». E pois inspirado pela amizade e não por um alevantado sentimento de verdade e de justiça que o sr. Augusto Rocha assumiu o papel de crítico aziumado e incansável, distribuindo, com uma profusão sem precedentes, suplementos ao seu jornal médico que lhe custam necessariamente muito dinheiro e que estranhamente denunciavam uma affectuosidade até agora ignorada.

Ao professor da Universidade alia-se o preparador Santos e Silva, fisionomia contraditória e subalterna, a qual afirmando que as reacções para a caracterização da morfina, que os peritos do Porto empregaram, estavam de há muito julgadas e haviam perdido a sua importância, apresenta-as no seu livro didáctico *Elementos de análise química*, como as mais valiosas para tal determinação. Diz este homem algures que «Brieger, depois do já antigo e olvidado grito de consciência soltado pelo italiano Selmi, formulou nitidamente as condições reclamadas para a norma de todo o exame médico-legal». E é ao mesmo Selmi que, no compêndio citado, presta a maior consideração como descobridor das ptomainas. Censura ainda este analista, erradamente, o colega portuense por haver seguido um «Manual» já atrasado de quatro anos; e um ano depois de tal censura, e no seu compêndio, expõe o método conforme a edição incriminada e sem lhe introduzir os progressos posteriores que Ferreira da Silva adoptara.

Surge depois Francisco Rosa, de Lisboa, começando por afirmar que tem autoridade para intervir no pleito, não obstante, em 1891, haver declarado que não era competente para avaliar os erros dos peritos. Já dissera este químico que o trabalho «era hercúleo e notabilíssimo como nenhum outro ainda se fez em Portugal e provavelmente no estrangeiro», condenara o «médico como criminoso excepcional» chamando-lhe «Jack de nova espécie», e vindo agora por fim dizer que lhe repugna «admitir tão elevado requinte de culposa malvadez e criminalidade num homem culto».

São estes homens e um ou outro adventício contratado que promovem a campanha de difamação em Portugal sob a forma rotunda e atrabiliária do sr. Augusto Rocha, sempre indelicada e inconsciente e às vezes hábil por o professor ser um manhoso. Durante a instrução do processo e no encerramento do sumário os peritos da defesa conservaram-se num mutismo de quem se prepara para filar. E ao cabo de oito meses da publicação do primeiro relatório, precisamente na véspera de ser julgado um agravo de injusta pronúncia respeitante ao indiciado criminoso, é distribuído aos milhares, pelo país, um suplemento à «Coimbra Médica», jornal de Augusto Rocha, onde vem a tradução deslealíssima de dois dos relatórios dos peritos, com erros em todas as páginas, alguns dos quais desvirtuando ou alterando o sentido, com omissão de algumas partes e explicações prévias, plenas de remoque e de chalaça. A ocultas foi essa tradução enviada para o estrangeiro, sem uma verificação autorizada, como os alemães o declararam. E como os peritos oficiais não houvessem publicado os relatórios por a tal não os obrigar a lei nem terem recebido tão pouco uma especial intimação, o professor Augusto Rocha anunciava que ia reparar a falta em Junho, quando dois meses antes (Abril) os espalhara profusamente e subrepticamente lá por fora.

A sórdida ignomínia de tal lente levou os peritos a declararem perante todos os jornais médicos do país que os relatórios eram sete e não dois e a protestarem, como autores, contra qualquer publicação que não fosse integral e exacta. Augusto Rocha pretendeu justificar-se dizendo que os peritos ou *alguém* quebrara o sigilo oficial e que portanto cabia àqueles cumprir o seu dever. Ora é interessante notar que o famoso professor não tem dado à luz a maior parte das suas dezenas de análises toxicológicas!

A torpe vilania, cujo propósito ressalta, deu o resultado de se ocultar dos estrangeiros todo o corpo de exame e de análise para a justa apreciação da obra no conjunto. Vendo o modo como os estrangeiros

discutem ou reflectem, a gente nem sabe se está deparando com brutos ou venais. A primeira suposição é descabida, tão aureolada é a reputação que os envolve; mas reparemos que Beckurts, no parecer provisório, erra o número, a data e o objecto dos relatórios, e no definitivo vem ensinar aos peritos portugueses três reacções com lato desenvolvimento, quando tal erudição é poeirada, pois já Ferreira da Silva as referira, no relatório de Sampaio Júnior, sem falhar sequer de minudências! Acreditando sempre que os alemães não são uns tolos, é de atender como prescindem, sem causa justificativa, de dados importantíssimos — *sintomatologia* e *necropsia* — tão notáveis, como Ferreira da Silva o diz, que só por si ou um deles, basta muitas vezes para decidir da existência de um envenenamento.

Brieger e Bischoff atribuem aos peritos oficiais opiniões que estes nunca sustentaram e, o que mais é, conclusões não exaradas nos relatórios; de sorte que continuamos magicando se estamos a contas com palermas ou farsantes. No parecer provisório os sábios teutónicos deram um enorme valor a supostas impurezas existentes no álcool usado para a análise, mercê de Augusto Rocha não lhes haver endereçado os cinco relatórios já citados, *minúsculos e insignificantes*, conforme o velhaquete; e ao diante, na consulta definitiva, parece que já estão tão convencidos da impureza, prestando antes consideração à propriedade do líquido nas análises médico-legais.

As reacções criticadas são certas e escolhidas pois que a maior parte das confirmativas as põem de lado «por causa da estreiteza de tempo» ou «pelo pouco tempo de que podiam dispor», palavras deles.

No seu relatório, Beckurts faz o reparo de que os peritos não tenham juntado, aos relatórios, amostras dos alcalóides obtidos, reparo este que Brieger e Bischoff reeditam pelos mesmos termos quase, e que deixam a galeria de novo meditando se realmente entre os homens há conjura. Leva tal afirmativa a os peritos «declararem muito solenemente que têm devidamente conservado no laboratório o resto das vísceras suspeitas, bem como o das outras matérias submetidas ao seu exame», declaração esta que longe de emudecer a impudente audácia coimbrã, a avigorará, pelo contrário, no doesto e na pilhéria.

Dragendorff, de quem a maledicência pública chegou a dizer que, tão frágil como os outros, foi comprado, na 3.^a edição do seu tratado de toxicologia, publicado em 1888, afirma que usa o álcool amílico que os peritos do Porto adoptaram e pouco depois «está de acordo em todos os pontos com as críticas que fazem os autores dos pareceres».

Eis muito ligeiramente tocados os pontos que mais essencial-

mente denunciavam como a campanha de descrédito é promovida em favor, naturalmente, do indigitado criminoso que tão revoltantemente despertou no público a emoção mais intensa dos últimos anos. O papel dos críticos portugueses tem sido, à face dos documentos que todos podem verificar, o de deturpadores da verdade, baralhando, confundindo factos e coisas simples e claríssimas. A azáfama do sr. Augusto Rocha em fornecer materiais e instruções falsas e erróneas, a sua extraordinária produtividade em tal matéria sob uma forma, de ordinário, irritada e feroz, o que desobedece à norma da serena e desinteressada disputa científica, a distribuição gratuita, profusa e verdadeiramente excepcional de numerosos suplementos da sua gazeta são para reflectir com madureza e principalmente depois do que vai correndo pela opinião pública. Imaginem os senhores que este homem chama aos peritos portugueses «espertos de ocasião, habitantes de um canto do mundo» que «deveriam receber as lições sapientíssimas» do «grupo mais perfeito e completo de autoridades para deliberarem sobre assuntos toxicológicos» tendo por dever «calarem-se, tirarem-lhes a chapéu e saudarem-nos veneradamente»! E não se demite o diabo do homem da direcção das análises toxicológicas no seu canto de Coimbra, pois para isso tem a frase de que os portugueses «propendem a recolher, sem mais demorado exame, a palavra da sabedoria estranha» e só ele se finge excluído deste grupo.

Ora a atitude dos peritos portuenses, cheia de independência e de confiança no seu trabalho e no seu acerto, é que deve despertar no ânimo público a admiração simpática que merece. Ferreira da Silva, o relator de alguns dos documentos agora coleccionados, declara desde o princípio que se curvará a um desengano logo que devidamente lho certifiquem; mas vê-se que os estrangeiros fizeram a sua crítica sem elementos de apreciação que só uma cópia integral e autêntica do processo lhes podia fornecer, sem a consideração dos dados fornecidos pela sintomatologia e autópsia das vítimas, sem o exame de cinco relatórios que propositadamente lhes não foram enviados, sem a completa leitura ou interpretação dos que lhes foram presentes, etc., e que os portugueses, dirigidos pelo sr. Augusto Rocha colaboram, como cúmplices, na torpeza do professor de Coimbra, torpeza sem precedentes e cuja audácia só se explica pela demasiada confiança na ignorância e cegueira nacionais, no sucesso dos processos ruidosos da polémica filauciosa e matreira e na certeza da impunidade perante um tribunal científico que o condene ou na ausência de um artigo do código pelo qual a polícia intervenha, calando-o, ou prendendo-o.

É necessário pois que o público esteja de sobreaviso com respeito às publicações de toda a ordem que os peritos da defesa distribuam. E ainda que o livro dos peritos portuenses, recentemente publicado, é e será o padrão de mais legítimo orgulho da Ciência Portuguesa, primeiro por ser uma obra de vigorosa, sólida e lucidíssima experimentação científica, depois porque perpetua uma das mais famosas derrotas que hão sofrido homens da reputação dos críticos tudescos. Se a inconsciência estúpida, ignorante ou indiferente do público português não soube compreender a estatura do já agora grande homem de Portugal, a posteridade, que repõe as coisas no seu lugar, lhe fará a justiça de o proclamar uma das maiores glórias da sua raça e do seu tempo! Isto acontecerá, não obstante toda a obra de furor e insídia que o sr. Augusto Rocha está preparando e na qual a exaustão de bÍlis será tal que a gente nem sabe se o deixe se definitivamente o arrase.

Porto, 12-1-93.